

A noção de economia política na internação compulsória de adolescentes usuários de drogas

1 Daniel Dall'Igna Ecker
Bolsista de Iniciação Científica do CNPq
Faculdade de Psicologia, PUCRS

2 Neuza M. F. Guareschi
Professora/Pesquisadora do PPGPSI/UFRGS
Grupo de Pesquisa Estudos Culturais e Modos de Subjetivação
Núcleo e-politics - Estudos em Políticas e Tecnologias
Contemporâneas de Subjetivação

Questões Introdutórias

Este estudo tem como objetivo problematizar o processo de internação compulsória de adolescentes usuários de drogas, em um serviço de saúde mental de Porto Alegre.

Com o intuito de discutir o percurso de internação compulsória realizamos o levantamento das internações ocorridas na instituição - via medida judicial - entre o segundo semestre de 2008 e o final do primeiro semestre de 2011. Em seguida, selecionamos as internações ocorridas em 2010 e acessamos seus respectivos prontuários visando colocar em análise os documentos que os compõem.

Através desse percurso, colocamos em discussão os possíveis efeitos das racionalidades que configuram as práticas de diagnóstico, internação e tratamento em torno de usuários de drogas internados compulsoriamente que passam a governar a vida de jovens.

Caminhos de Pesquisa

O material analisado nos prontuários dos jovens dos três anos indica que ocorreram 834 internações sendo 170 com medida judicial, ou seja, compulsória.

Pela análise dos 33 prontuários encontrados no ano de 2010 evidenciamos que os adolescentes internados por medida judicial originam-se de contextos nos quais não há acesso aos serviços básicos de cuidado garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, advindos de situações de rua, abandono, negligência familiar, pobreza e marginalização. Eles são encaminhados ao serviço de internação também como forma de serem afastados desses contextos.

Possíveis Discussões

O uso de drogas, nem sempre descrito nos prontuários como algo problemático na vida dos jovens, é utilizado como argumento de internação que, junto ao estabelecimento do diagnóstico psiquiátrico, direcionam e interferem no processo de internação. O diagnóstico, como uma categoria de classificação, marca na vida desses jovens o que não necessariamente existe a priori e, através do processo de internação compulsória, passa a administrar a vida desses adolescentes.

Esses passam a ser visibilizados através da inscrição do jovem de usuário de droga na rede de serviços de assistência social, de saúde mental, das comunidades terapêuticas e do consumo de medicações. A determinação do diagnóstico psiquiátrico, como obrigatoriedade para que o jovem possa ter acesso ao serviço, junto a elementos estatais que regulamentam o uso de drogas, se constituem como mecanismos de Estado operacionalizados pelos profissionais envolvidos na internação são vinculações que passam a orientar o cotidiano dos adolescentes após a alta do serviço e tornam economicamente produtivas suas existências. Isso pode nos levar a pensar que essas configurações, pautadas pela administração dos sujeitos através de elementos governamentais, marcam no processo de internação compulsória elementos constitutivos da noção de economia política.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Brasília - Editora do Ministério da Saúde, 2005.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Coleção Tópicos. Martins Fontes Editora. 2008.